

5.

Escutando os Jovens

Neste capítulo, apresentaremos o surgimento do Serviço de Psicologia da Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital do modo como se apresentava à época do estágio. Vimos no primeiro capítulo desta dissertação o trajeto que os jovens percorrem até chegar ao serviço de psicologia, agora, neste capítulo apresentaremos o funcionamento do serviço de psicologia, as atividades realizadas pela equipe técnica e os instrumentos facilitadores utilizados visando a adesão do jovem ao cumprimento de sua medida.

Apresentaremos ainda as peculiaridades do trabalho realizado pela equipe técnica do juizado com os jovens que receberam medida de “tratamento psicológico” e medida de “tratamento anti-drogas”. Vale lembrar que os jovens em questão são aqueles que, no entendimento do juiz, poderiam se beneficiar de um acompanhamento com um psicólogo.

Podemos dizer que, de um modo geral, são jovens que possuem algum responsável por eles e alguma estrutura familiar, mesmo que precária. Além disso, constata-se que a infração que cometeram pode ser considerada leve, e que, de modo algum, estão associados ao crime organizado.

Por fim, a partir das histórias relatadas pelos jovens, discutiremos como a psicanálise pode contribuir com o trabalho do psicólogo no judiciário. Na verdade, podemos dizer que a existência do espaço do atendimento psicológico acaba se diferenciando da imposição inicial. Os jovens descobrem que se trata de algo diferente, onde podem falar em sigilo sobre seus segredos, suas histórias. E, a partir daí, a imposição desaparece e a demanda aparece muitas vezes. É um espaço de escuta orientado pela psicanálise.

5.1 Serviço de Psicologia da Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital

Na época em que foi realizado o estágio, no período de Março de 2005 a Julho de 2006, o Serviço de Psicologia funcionava no 4º andar do que atualmente é denominado Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital, situado à

Rua Rodrigues Alves, 731 no Santo Cristo, Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro. Em 2008 o serviço de psicologia já havia se mudado para o 3º andar do mesmo prédio.

Historicamente, a Vara de Menores da Comarca da Capital do Rio de Janeiro foi a primeira Vara de Menores do Brasil, tendo sido criada em 1924 (CODERJ,1990).

Até 1989, havia uma única Vara de Menores no Rio de Janeiro com competência para analisar, processar e decidir. Todas as crianças e todos os jovens submetidos à tutela jurídica tinham a situação examinada pelo Juiz de Menores.

O desmembramento da Vara de Menores em dois Juizados ocorreu em 24 de agosto de 1989, pouco antes da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990.

A história da luta pela criação do Cargo de Psicólogo, apesar de profissionais já levantarem essa questão anteriormente, surge de maneira organizada a partir da entrada em vigor do Estatuto da Criança e do Adolescente, uma vez que este promove um avanço ao colocar a questão da Infância e Adolescência no âmbito biopsicossocial.

Antes mesmo da promulgação do Estatuto, o poder judiciário do Rio de Janeiro já havia realizado um concurso para o Cargo de Comissário de Menores, ampliando a exigência em Direito para outras áreas, como Psicologia, Serviço Social, Pedagogia, entre outras. Dessa maneira, é expressivo o número de psicólogos que passaram a assumir o cargo de Comissário de Menores, particularmente na 2ª Vara de Menores, que lida exclusivamente com infratores.

Como consequência natural da prática destes profissionais, cabe à equipe organizar grupos de trabalho, estudos de caso e reflexões sobre o serviço desenvolvido.

Ao mesmo tempo, em várias cidades no interior do estado, os Juizados de Menores contavam com psicólogos desenvolvendo serviços pautados numa escuta diferenciada, própria da prática “psi”, fossem funcionários do Poder Judiciário em desvio de função ou profissionais requisitados de outras instituições.

Desta maneira, fica evidente a necessidade de se iniciar um processo de discussão sobre a criação do cargo de psicólogo dentro do Poder Judiciário, que culminou com a criação do Núcleo de Psicologia da 2ª Vara de menores, em 5 de maio de 1992.

Para fazermos uma reflexão sobre a prática do profissional de psicologia junto às instituições do direito e sobre as mudanças que têm ocorrido principalmente após a década de 80 e 90, após a promulgação do ECA, é necessário dar relevância a certos dados históricos.

Segundo Altoé, “a primeira aproximação da Psicologia com o Direito ocorreu no final do século XIX, e fez surgir o que denominou “psicologia do testemunho”” (Altoé, 2001, p.1), cujo principal objetivo era “verificar, através do estudo experimental dos processos psicológicos, a fidedignidade do relato do sujeito envolvido em um processo jurídico”. Esta concepção direciona a prática do profissional de psicologia “quase que exclusivamente para a realização de perícia, exame criminológico e parecer psicológico baseado no psicodiagnóstico, feitos a partir de algumas entrevistas e nos resultados dos testes psicológicos aplicados” (Altoé, 2001, p.2).

Estes laudos tendiam a repetir os preconceitos que a sociedade já tinha com relação ao criminoso, e por muitas vezes acabavam facilitando a exclusão dos mais vulneráveis. Segundo o professor de direito Verani, “os instrumentos oferecidos pela psicologia tinham um uso que favorecia a eficácia do controle social e reforçava a natureza repressora que está inserida no direito, ao invés de garantir as liberdades e os direitos fundamentais dos indivíduos” (Verani, 1994, p. 14; apud Altoé, 2001, p.2).

A fim de atender a demanda do judiciário, os psicólogos buscaram se especializar nas técnicas de exame. A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) atendeu essa reivindicação, criando pela primeira vez no Rio de Janeiro, “uma área de concentração, dentro do curso de especialização em psicologia clínica, denominada Psicodiagnóstico para Fins Jurídicos, em 1980”. Mais tarde, em 1986, torna-se um curso de especialização independente do departamento de clínica, ligando-se ao departamento de psicologia social.

Após um longo período de regime militar, nos anos 80, com a abertura política intensificam-se as discussões acerca da cidadania e dos direitos humanos, impulsionada pela votação da nova Constituição Brasileira. Como vimos no primeiro capítulo desta dissertação, inúmeras mudanças ocorreram nas leis que tratam dos direitos e deveres das crianças e adolescentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, por força de lei, impôs mudanças na prática profissional do psicólogo no âmbito da justiça. Inspirada na Doutrina da

Proteção Integral, “reconhece a criança e o adolescente como sujeitos plenos de direitos, gozando de todos os direitos fundamentais e sociais, inclusive a prioridade absoluta, decorrência da peculiar situação de pessoa em desenvolvimento” (Silva, 1999, p.46, apud Altoé, 2001, p.3), esta nova concepção impulsionou então uma busca por novas formas de atuação junto ao poder judiciário.

O Código de Ética Profissional dos Psicólogos, no capítulo que trata “Das responsabilidades e relações com instituições empregadoras e outras”, artigo 4, parágrafo 1º, define que:

O psicólogo atuará na instituição de forma a promover ações para que esta possa se tornar um lugar de crescimento dos indivíduos, mantendo uma posição crítica que garanta o desenvolvimento da instituição e da sociedade.

Atualmente, o trabalho do psicólogo técnico do judiciário “tem sido também o de informar, apoiar, acompanhar e dar orientação pertinente a cada caso atendido nos diversos âmbitos do sistema judiciário (Atoé, 2001, p.7). A autora pontua que hoje

Há uma preocupação praticamente inexistente antes com a promoção de saúde mental dos que estão envolvidos em causa junto à Justiça, como também de criar condições que visem a eliminar a opressão e a marginalização. Tem-se priorizado a formação de equipe interdisciplinar, o grupo de estudo (para aprofundamento de questões teóricas que a prática cotidiana coloca), o estudo de caso, o acompanhamento psicológico, as atividades de integração e de intercâmbio com outros profissionais (da Justiça, e também de instituições externas, como a saúde e a educação – neste caso, a escola, mas também o meio acadêmico) para permitir uma visão mais ampliada dos diferentes serviços disponíveis e estabelecer parcerias e procedimentos de encaminhamentos (Altoé, 2001, p.8)

O psicólogo que trabalha com jovens que cometeram atos infracionais, não tem mais a função de investigador, ou daquele que faz um laudo que pode funcionar como um “pré-veredicto judicial”. Nossa função é a de construir, junto ao adolescente uma possibilidade de escuta, desconstruindo lugares a priori marcados. Cada parte envolvida tem o seu: lugar de adolescente infrator, perigoso, marginal, vítima da sociedade; lugar de mãe ou pai negligente, abusador, lugar de criança incapaz, abusada, difícil. Estes adjetivos funcionam como estigmas fortes, assemelhando-se muitas vezes a um sobrenome ou rótulos identificatórios.

5.2 Como funciona o Serviço de Psicologia

Quando um adolescente recebe uma Medida Sócio-Educativa de Tratamento Antidrogas ou Atendimento Psicológico, ele é encaminhado ao Serviço de Psicologia a fim de dar cumprimento a sua medida. Ele sai da sala da audiência com o juiz, onde ele recebeu uma advertência, direto para a sala da psicologia, com o papel, da medida que recebeu, em mãos.

A medida de advertência ocorre em todos os casos. É aplicada pelo Juiz, na hora da audiência. Segundo os relatos dos jovens, é uma espécie de “bronca”, em que o juiz tenta alertar o jovem das conseqüências de suas ações.

Neste momento cabe aqui um parêntesis. O juiz titular na época, Dr. Guaraci Vianna, era uma figura que além de representar a autoridade própria do juiz, é um homem bastante alto e de voz grave. Estas duas características provocavam temor nos adolescentes. Alguns diziam que não queriam nunca mais ter que passar pelo juiz.

O serviço de psicologia também realiza estudos de caso e avaliações a pedido do juiz, antes da audiência ou a pedido do plantão interdisciplinar ou do Serviço Social, quando o Juiz considera necessário.

O atendimento psicológico é realizado de forma individual com os adolescentes e tem como objetivo “orientar, proporcionar reflexão e avaliar a necessidade de encaminhamento para tratamento especializado. O atendimento aos jovens inclui o atendimento aos familiares, a fim de buscar a compreensão da história do adolescente e proporcionar maior integração familiar, importante para o sucesso do tratamento. A adesão dos jovens ao tratamento constitui um aspecto primordial na condução satisfatória do tratamento, sobretudo em virtude da compulsoriedade no encaminhamento da maioria dos casos.

A equipe responsável busca criar instrumentos facilitadores, de forma a motivar o jovem a se implicar no tratamento. Além do próprio atendimento, foram criados o Grupo de Recepção e o Curso Antidrogas, com o objetivo de promover uma melhor adesão ao tratamento. Visando prestar assistência também às famílias, o Serviço de Psicologia promove em parceria com o Serviço Social o Grupo de Pais.

O grupo de recepção foi a forma encontrada pela equipe para um primeiro contato do adolescente com o Serviço de Psicologia após darem entrada para cumprimento de medida.

Na maioria das vezes, os jovens chegam sem saber com clareza qual a função do psicólogo. Por essa razão, o grupo tem como objetivo informar e explicitar as formas de atendimento e as possibilidades de encaminhamentos internos e externos. Assim como, possibilitar que eles percebam os benefícios que os atendimentos podem lhes oferecer, criando assim, um aumento da motivação.

A cada três semanas acontece um novo grupo. Após o grupo de recepção o atendimento individual é marcado. Na maioria das vezes os atendimentos são agendados quinzenalmente devido às precárias condições econômicas das famílias e a dificuldade de acesso ao Juizado.

Há alguns anos, o Juiz titular da Vara da Infância e da Juventude determinou que o Serviço de Psicologia oferecesse um Curso Antidrogas de sigla CAD para aqueles adolescentes que receberam Medida Judicial de Tratamento Antidrogas.

O curso tem por objetivo trabalhar a motivação do adolescente, para o engajamento no tratamento de dependência química, almejando maior adesão à medida proposta. No curso, são apresentados esclarecimentos e orientações acerca de questões relativas ao uso de substâncias entorpecentes, assim como as possibilidades de tratamento. Assim, desde setembro de 1999, o curso é realizado mensalmente por uma psicóloga do juizado, e os participantes inclusive recebem um certificado de participação, cuja cópia é anexada ao processo dos adolescentes.

O serviço de psicologia também realiza, junto com o serviço social, outro grupo, desta vez voltado para os pais ou responsáveis pelos adolescentes que passam pelo Juizado.

Os pais podem ser encaminhados por Determinação Judicial ou podem vir espontaneamente. O grupo reúne-se em cinco encontros, e a cada vez, um tema diferente é abordado: a adolescência, o que leva um adolescente a cometer um ato infracional, drogas, sexualidade e família. A proposta é promover um espaço de apoio e reflexão para os pais que estão passando por um momento difícil com seus filhos adolescentes e principalmente um lugar onde eles possam falar e trocar experiências com outras famílias que estão na mesma situação.

Muitas vezes eles chegam com dificuldade de falar, e relatam não ter com quem conversar sobre o que estão passando. O fato de estarem num grupo, onde todos estão passando por situações semelhantes, facilita muito o diálogo, na medida em que podem trocar experiências e até dar conselhos uns aos outros.

No encerramento do curso, aqueles que possuem um mínimo de três presenças recebem um certificado, cuja cópia, assim como no CAD, é anexada ao processo de seu filho.

Esses grupos funcionam principalmente como facilitadores da integração entre os adolescentes, seus familiares e a equipe. A troca de experiências no grupo nos traz o material necessário para dar início à reflexão. Para esse objetivo são utilizadas técnicas de dinâmica de grupo como instrumento de trabalho.

Não caberia aqui uma análise mais profunda acerca dos grupos; pois fugiria do objetivo deste trabalho. Mas é extremamente importante enfatizar que eles têm um papel fundamental no apoio às famílias. Além de aproximar os familiares, muitas vezes fornecem informações sobre assuntos que não são tratados em casa entre adolescentes e pais.

Dentre outras atividades de rotina realizadas, podemos destacar: entrevistas com os adolescentes que cumprem medidas de tratamento e seus familiares; encaminhamentos dos adolescentes a setores do Juizado, Instituições de Saúde ou específicas para Tratamento Antidrogas; preenchimento de ficha de cadastro quando o adolescente é encaminhado ao Setor, convocações, relatórios e ciência de Extinção ao adolescente.

As entrevistas com os adolescentes e seus familiares são realizadas individualmente pelo psicólogo que acompanha o caso. Estas correspondem às avaliações e aos atendimentos de acompanhamento do caso.

Os encaminhamentos internos podem ser feitos para cursos profissionalizantes junto ao SIMEPASE (Serviço de Integração Multidisciplinar e Encaminhamento à Profissionalização e Apoio Sócio-Educativo), pedidos de refeições junto à Cantina, Cesta Básica, entre outros. Quanto aos encaminhamentos externos, apesar do empenho em fazer contato com as instituições a fim de viabilizar a prioridade aos adolescentes, muitas vezes a equipe encontra dificuldades em conseguir vaga nas unidades públicas de saúde.

A ficha de cadastro é preenchida pelo psicólogo de plantão quando os adolescentes são encaminhados ao Setor, neste momento eles são inscritos no

Grupo de Recepção. No caso de faltas, eles são convocados pelos próprios técnicos por telefone ou telegrama. Quando descumprem a medida, são incluídos em uma lista feita mensalmente para que possam ser convocados por um outro Setor (SSEC - Serviço de Identificação, de Sindicância, de Encaminhamento Sócio-Educacional e de Condução de Infratores). Caso não compareçam, um relatório de descumprimento é feito, anexado ao processo e enviado ao Juiz. Todos os casos acompanhados no Setor têm seus relatórios registrados no respectivo processo.

Os relatórios de avaliação de medida são feitos a cada três meses. No relatório, a psicóloga pode sugerir a continuidade ou até mesmo a extinção de medida. No entanto, é comum uma certa demora para o processo voltar do gabinete do Juiz e a extinção ocorrer de fato. Nesse prazo, os adolescentes ainda precisam ser acompanhados pelo Serviço de Psicologia. A ciência de extinção é dada pelo psicólogo e nesta ocasião os jovens são mais uma vez orientados e parabenizados pelo cumprimento satisfatório da medida. Nesse momento enfatiza-se a importância deles buscarem outras formas de promoção social, que possam ajudar a afastar os riscos da reincidência.

O Serviço de Psicologia funcionava no mesmo andar onde ocorriam as audiências, desse modo, a sala de espera era o próprio corredor onde se encontram os pais e os adolescentes que esperavam pela audiência.

A sala era dividida em quatro boxes cujas paredes divisórias não vão até o teto devido ao sistema central de refrigeração. Diante dessas condições de atendimento, percebemos alguns impasses. Apesar de reforçarmos com o adolescente o compromisso de segredo de justiça e o pacto de sigilo do código de ética do psicólogo, o próprio ambiente nos contradiz, na medida em que não há vedação do ambiente. O sigilo prometido, pode ficar comprometido. Este pode ser considerado como um dos fatores inibidores da fala dos adolescentes. Muitas vezes o atendimento do Box ao lado ultrapassa os limites das divisórias, sendo compartilhado por aqueles que estão dentro do Setor.

Como então pensar a psicanálise neste lugar? Lembremos primeiramente do público ao qual nos dedicamos: jovens, a maioria vindos de regiões pobres da cidade e região metropolitana, que com frequência têm uma vasta série de histórias (no mínimo tristes) para contar. Lembremos também, que eles foram recolhidos pela polícia, ocasião em que é bem possível terem sofrido

humilhações, agressões; foram levados para a delegacia; são informados que seus pais foram avisados, (e nestas situações a notícia costuma se espalhar rápido pela vizinhança); ficaram frente à frente com o juiz que, de repente, não mais do que de repente, concluem que eles devem ir ao psicólogo. É claro nesse momento que mais essa imposição deve soar como mais uma parte do castigo.

Alguns conseguem ver que sua vida não está acabada. A pobreza, a carência, a falta do que muitas vezes é o mais básico se impõe o tempo todo neste contexto. Sem sombra de dúvida não há como pensar num setting tradicional quando atendemos numa instituição do “juízo”. Além das dificuldades com o espaço inapropriado, as barreiras provocadas pela falta de recursos são o maior obstáculo.

Para se ter um exemplo, quando as linhas de ônibus do Rio ainda utilizavam o “passe” de papel, os setores do juizado recebiam uma cota para auxiliar no transporte dos jovens, de ida e volta, até o juizado. Com a implantação do sistema de cartão, esta prática se tornou inviável. A partir de então, um setor específico passou a disponibilizar recursos diários em dinheiro só para a passagem de volta, o que não era suficiente para a demanda³⁴.

Era comum os jovens ligarem no dia do atendimento, dizendo que não tinham dinheiro para a passagem e por isso não tinham como vir. Quando ainda era cedo, as vezes podíamos dispor do dinheiro para a passagem de volta, usando os recursos diários do juizado destinados a esta finalidade. Nessas ocasiões, reforçávamos a importância de suas vindas. Muitas vezes os jovens acabavam pedindo dinheiro emprestado a alguém, que lhes emprestava como um voto de confiança. Mas às vezes não tinham o dinheiro para voltar para casa. Mas eles, de maneira criativa, encontravam alguma saída e depois nos contavam como tinham resolvido a situação, orgulhosos de si mesmos.

Quando não havia alternativas, agendávamos os atendimentos para a semana seguinte, sabendo que a distância de tempo entre os atendimentos dificultava a continuidade. De novo estávamos diante de mais uma contradição. Como exigir a presença dos jovens se não há recursos para que eles possam se locomover até o juizado?

³⁴ Nessa situação, o recurso para a passagem era destinado a todos os jovens que tinham que comparecer ao juizado por algum motivo, além do setor de psicologia, jovens que cumpriam prestação de serviço a comunidade no juizado, ou que tinham que comparecer ao serviço social por exemplo, entre outros diversos motivos.

É importante ressaltar que nem todos os adolescentes se responsabilizam pelo cumprimento da medida até sua extinção. Muitos sequer comparecem ao grupo de recepção. Dão entrada no dia da audiência e não aparecem mais.

Chegamos então ao ponto crucial: para alguns as dificuldades não impediam o cumprimento da medida. A presença dos jovens nos atendimentos ou um telefonema para justificar uma possível ausência, nos indicavam algum vínculo, mesmo que neste início ainda pudesse ser frágil.

No início os jovens se mostravam bastante apreensivos. Não têm muita noção sobre o que é o trabalho do psicólogo. Achem que vamos descobrir sobre eles algo que eles mesmos não sabem sobre si, algo meio obscuro. Lembramos que nesse momento os jovens já passaram por todo o processo descrito anteriormente, e que estão ali para cumprir uma medida sócio-educativa.

De um modo geral, eles entendem que agora vão começar a “pagar o que devem à justiça”, como eles mesmos dizem. O primeiro obstáculo está em convencê-los de que ali é um espaço de escuta, e que queremos ouvi-lo. A primeira coisa a se fazer é oferecer o olhar atencioso, que lhe permita existir.

5.3 E os jovens?

Podemos dizer que esta é uma forma peculiar de atendimento, indicada de maneira compulsória a ser realizada dentro de um juizado. Por essa razão tem suas especificidades, peculiaridades.

Após o contato inicial em grupo, os atendimentos aos jovens são feitos de forma individual. No nosso caso, fizemos a opção pela escuta psicanalítica, que trata do que o sujeito tem a dizer sobre o que o acomete, remetendo-o à sua singularidade e à historicidade que o constitui. Enquanto profissional “psi” dentro do judiciário devemos “procurar potencializar a vivência e a história subjetiva desses jovens, desenvolvendo a possibilidade de problematização das formas como se reconhecem identitariamente e como são referidos socialmente a partir da apreensão” (Santos, 2004, p.232).

Sendo assim, cada psicólogo técnico do judiciário se pauta em referenciais teóricos que mais lhe fazem sentido. Em nosso caso, o psicanalista D. W. Winnicott foi o escolhido por ter desenvolvido inúmeros trabalhos acerca da delinquência, trabalhos estes que contribuem com a nossa prática.

Por se tratar de um atendimento compulsório, realizado dentro de um ambiente do juízo, no mesmo prédio em que ocorrem as audiências, a construção do vínculo terapêutico se dá de forma bastante peculiar. Além dos atendimentos, também ficam a cargo do psicólogo, fazer encaminhamentos para cursos profissionalizantes, atendimento médico, oferecer cestas básicas, e elaborar relatórios de avaliação de medida ao juiz. Podemos dizer que exercemos uma função multi-tarefa. Como aliás, costuma acontecer em Instituições Públicas. Desta forma caracterizamos a peculiaridade do setting onde os vínculos são construídos.

Este estudo pretende apresentar esse espaço de escuta. Apesar de todas as dificuldades, das quais falaremos delas mais adiante, ainda assim, ele permite que demandas possam surgir. E que, a construção de um vínculo terapêutico possa ter a função de organizador dos conflitos inerentes a cada situação.

A primeira questão é a da demanda. A chegada do adolescente ao serviço de psicologia vem por medida judicial, o que significa a obrigatoriedade de cumpri-la. Diante da transgressão da lei, eles foram apreendidos. Na audiência o juiz considerou que eles deveriam cumprir uma medida de “Tratamento Anti-drogas” ou “Tratamento Psicológico”.

Eles são, em sua grande maioria, apreendidos com uma quantidade de drogas para uso próprio. Curiosamente alguns jovens se deixam apreender. Esta parece ser uma questão: deixar-se apreender. Partimos aqui do entendimento, a partir das ideias de Winnicott, de que a delinqüência surge como um pedido de ajuda, que compele o ambiente a lhe fornecer a estabilidade de que precisa para se desenvolver emocionalmente. Isso é, que expressa a existência de um indício de esperança.

Winnicott, numa ocasião em que foi questionado se o que ele fazia com jovens delinquentes era psicanálise, respondeu que certamente não era, mas o psicanalista era a melhor pessoa para fazê-lo. Neste sentido, o trabalho de Winnicott possibilita uma nova concepção ao cenário da psicanálise. Para ele, o trabalho analítico acontece na sobreposição de duas áreas do brincar: a do analista e a do analisando. Seguindo a concepção winnicottiana, diríamos que o conceito de uma área intermediária da experiência do sujeito, o espaço potencial, situa bem o lugar onde o trabalho clínico acontece (Novaes, Vilhena, Moreira, Zamora, 2009, p.10).

Os jovens nos mostraram que um vínculo transferencial poderia ser estabelecido, a partir do momento em que inventavam alternativas para driblar as dificuldades e chegar à terapia. Com essas estratégias criativas, afirmavam sua vontade de estar conosco.

Os atendimentos de alguns jovens iam mais além da obrigatoriedade de estar lá e relatar o seu dia a dia. Era possível perceber que existia um tipo de responsabilidade que ia além da obrigação do cumprimento de medida. Quando por exemplo um jovem chega aflito, dizendo “eu preciso muito falar com você sobre uma coisa!”, ou “eu só posso te falar isso porque é pra você, em você eu confio”.

Fisicamente, este espaço era bem diferente do que se espera de um setting analítico, com móveis tipicamente de escritório, as mesas de computador e os arquivos cheios de gavetas davam a aparência de “Banco”, como o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica, e para sentar usávamos “carteiras” como as de colégio, algumas com “braço” outras como as de professor. O toque de “pessoalidade” ficava por conta dos objetos pessoais trazidos pelas psicólogas: um quadro com uma família de elefantes, os objetos sobre a mesa, vasos de plantas que teimavam em resistir, sobrevivendo ao ar condicionado central.

Os atendimentos seguiam dentro do que era possível, em espaços de tempo muitas vezes não-ideais. Tentávamos marcar os atendimentos semanalmente, mas era comum que estes acontecessem a cada duas ou três semanas. Por outro lado, percebemos também que o espaço físico e o espaço de tempo entre os atendimentos eram menos importantes.

O principal estava no vínculo transferencial. A transferência não é estabelecida a priori. E aqui, estamos falando de um atendimento que é compulsório, prescrito como medida sócio-educativa. Embora tenhamos dito que o fato deles se deixarem ser apreendidos significa um pedido de ajuda, eles mesmos não sabem disso (conscientemente). No entendimento deles, foram “presos, julgados e condenados”. Sabemos que a confiança é um processo. No caso específico do juizado, pode ser muitas vezes custoso que o processo da confiança aconteça, seja pelas histórias de vidas dos jovens, seja pelo que o juizado representa. Não estamos fazendo a psicanálise strictu-sensu no juizado. Fazemos o que é possível, como diz Winnicott, fazendo uma escuta pautada em

referenciais teóricos psicanalíticos. e a nossa busca aqui é pela coesão entre a práxis e os conceitos fundamentais.

Freud, ao inventar a psicanálise, deixa claro que sua ciência poderia tomar novos rumos, ao se deparar com outros contextos. Nessa escuta orientada pela psicanálise, propomos um novo espaço num ambiente velho e conhecido. Um espaço para além das fronteiras conhecidas, como propôs Freud.

Em um congresso realizado em Budapeste, ao tratar das questões relacionadas ao futuro da psicanálise, Freud (1919) aponta, como um caminho possível, o estabelecimento da clínica psicanalítica em ambientes institucionais.

É possível prever que, mais cedo ou mais tarde, a sociedade despertará, e lembrar-se-á de que o pobre tem exatamente tanto direito a uma assistência à sua mente, quanto o tem agora, à ajuda oferecida pela cirurgia [...] quando esse dia chegar, haverá instituições ou clínicas de pacientes externos, para as quais serão designados médicos analiticamente preparados. [...] no entanto, qualquer que seja a forma que essa psicoterapia para o povo possa assumir, quaisquer que sejam os elementos dos quais se componha, os seus ingredientes mais efetivos e mais importantes continuarão a ser, certamente, aqueles tomados à psicanálise estrita e não tendenciosa (Freud, 1919, p.210)

O mestre de Viena parece acenar para o fato de que, independente das possíveis exigências de mudanças na técnica e nos elementos que compõem o campo clínico, algo que é da essência da psicanálise permanece. Quais são esses fundamentos que legitimam o trabalho como psicanalítico? Podemos apontar alguns pontos importantes que talvez nos orientem: a escuta, a palavra, a subjetividade, o sofrimento, o inconsciente, que independem de classe social. Estes eram os instrumentos que tínhamos em mãos para trabalhar.

Um ponto importante. Devido à burocracia do judiciário, quando dávamos início aos atendimentos, os processos dos jovens ainda não havia chegado ao setor. Assim, no primeiro contato, deixávamos claro que desconhecíamos os motivos que o traziam ali, e cabia aos jovens, se quisessem, falar. Estávamos mais interessadas, na verdade, em conhecê-los melhor, em ouvir a sua história, contada por eles mesmos.

Nossa posição era de quem não sabia nada sobre eles. Só saberíamos se eles nos contassem. Ou então, quando os processos chegassem. Na maioria dos casos, os jovens começavam contando como foram parar no juizado, coisas do tipo: “fui fumar maconha pra esquecer os problemas lá de casa”, ou “eu via sempre aquele grupinho reunido na frente da boca, parecia que eles estavam se divertindo, e eu

queria participar também”, o que servia de gancho para outros assuntos. Assim, começávamos a falar sobre os problemas que os afligiam, a falta de amigos, as dificuldades da vida. Falaremos dos casos mais a frente.

É importante assinalar que o psicólogo técnico do judiciário não deve se restringir aos procedimentos burocráticos. Eles têm a sua importância, mas devem servir apenas para viabilizar o atendimento psicológico. Assim, apoiado pela estrutura do juizado, os psicólogos conseguem trabalhar com os adolescentes utilizando instrumentos que ampliem as ofertas aos adolescentes, no sentido mais objetivo. Nesse sentido, oferecer cursos profissionalizantes é essencial. Esses adolescentes, que antes estavam em suspenso, passam a ter algumas opções, passam a ter novos caminhos como alternativa. Podem começar a pensar no que gostariam de fazer ou em quem gostariam de ser. Assim, com este trabalho, a passagem pelo juizado pode ganhar um novo sentido. Pode ser vivida como uma nova possibilidade de vida. Novas portas se abrem e o jovens passam a ter a chance de escolher seus próprios caminhos.

Trata-se de uma população carente. Muitas vezes, carente do que é mais básico e essencial, como alimentação. E essa carência, está presente o tempo todo nos atendimentos. Para citar um exemplo, certa vez ao atender um adolescente, percebi algo diferente na maneira pela qual ele usualmente se mostrava. Parecia incomodado, constrangido, estranhamente encolhido, coisa que não costumava acontecer. Até que já no final do atendimento, falando sobre suas dificuldades financeiras, comentou que naquele dia só tinha arroz e repolho para comer. Neste dia, por sorte, pude oferecer uma cesta básica. (Nem sempre há cestas disponíveis). Aí me pergunto, como falar de sentimento quando se é tomado pela dor da fome?

Além disso, há uma demanda por parte da família, diante de muitas tentativas frustradas, que o juizado resolva o “problema”. Em geral a mãe se queixa “eu não posso mais com ele”. É muito comum o relato de brigas em casa, numa época em que os jovens estão começando a sair sozinhos (sem os pais ou responsáveis), se “enturmado”, e os pais muitas vezes ficam preocupados, pois eles chegam tarde em casa ou passam a noite fora. Assim, quando os jovens são apreendidos, muitas vezes é “um choque” para todos, e acaba servindo para aproximá-los. Ou, nos casos de muito cansaço dos responsáveis, pode ser também a última esperança de que o juiz coloque “juízo nestas cabeças”. Certa vez

enquanto atendia a um jovem, as divisórias não foram capazes de conter os gritos no Box ao lado, onde mãe e filho, atendidos por outra psicóloga, discutiam. Ao perceber que não conseguiria falar de outra coisa, o jovem que eu estava atendendo começou a falar de sua relação conflituosa com a mãe, e de como, depois do ocorrido com ele, estavam, aos poucos conseguindo dialogar. Contou que percebeu como sua mãe sofreu, quando ele foi preso. Ficou muito comovido ao ver a mãe chorar por sua causa. E que isto, fez com que ele passasse a repensar suas atitudes.

Os atendimentos seguem então driblando os obstáculos que vão surgindo ao longo do percurso. Superada a dificuldade inicial de falar o que quiserem de si mesmos, ao longo das sessões é possível perceber a mudança de um sujeito que chega acreditando que não tem nada a dizer de interessante sobre si, e que passa ao discurso dos planos para uma vida futura, dedicar-se aos estudos, fazer as coisas que gosta, investir em relacionamentos.

No início, a própria equipe de estagiárias cogitou a hipótese de que, talvez o fato de ainda não termos concluído nossa graduação, poderia, de alguma maneira, representar para eles algum sentimento de exclusão, ou algo neste sentido, afinal por que alguns mereciam as psicólogas formadas e outros as estagiárias? Na prática pudemos perceber que nossa preocupação era infundada, pois, para eles, ter alguém disponível já fazia a diferença. Às vezes, talvez por estarmos começando a exercer nosso ofício, demonstrávamos o entusiasmo da novidade. Nas situações em que esse assunto surgia, percebemos que acabávamos servindo para reforçar a importância do estudo na vida deles. Eles comentavam conosco o sentimento de que também estavam nos ajudando em nossa formação, e relatavam o orgulho e a sensação de sentirem-se importantes ao serem atendidos por nós.

E a partir de então, é possível para os jovens, pensar em se adaptar, apesar das adversidades e fazer parte da sociedade. Torna-se possível saírem da posição de excluídos. Serem reconhecidos pelo olhar do outro que lhes confere uma identidade. Segundo Winnicott, quando olho, sou visto; logo existo. A função especular é um fator importante para a construção de identidade.

As queixas de serem vistos na vizinhança como bandidos ou como “maconheiros” e a vergonha de saber que suas mães sofrem por causa de seus comportamentos, são fatores que acabam servindo de motivação para novos

questionamentos deles. A maioria dos jovens atendidos foi apreendida portando drogas, principalmente maconha. Esse é portanto, um assunto que surge durante os atendimentos. Muitos contam que nunca mais vão fumar ou que foi a primeira vez, outros, confessam ainda fazer uso de vez em quando, mas de forma que não atrapalhe os estudos ou o trabalho. Dentre os motivos que descreviam para explicar o uso da maconha, alguns falavam que era uma maneira de ter amigos, de se inserir no grupo, outros contam que o faziam “para esquecer dos problemas”.

Dando voz aos jovens, estamos permitindo que eles façam um relato sobre suas vidas, reflitam sobre seus atos, interroguem-se a si próprios, vivam suas culpas e responsabilizem-se. Por esse caminho, eles tem a chance de não mais se vitimizarem, e sim de serem responsáveis por suas próprias vidas, rumo à independência.

De acordo com a teoria winnicottiana, somente o acolhimento sustentador (holding) e os cuidados cotidianos dispensados pelo ambiente suficientemente bom (handling), são capazes de garantir o sentimento de continuidade de ser do bebê, possibilitando-lhe sair do estado de não ser para a realização do ser. Ser, na concepção de Winnicott, é ser primordialmente *no* e *do* mundo.

A própria transferência, para Winnicott, cria uma região intermediária que reproduz a área de ilusão estabelecida, em tempos primevos, entre mãe e bebê, e que possui o mesmo caráter ilusório agora criado pelo par analista/analizando.

Existir, na alternância dos estados de integração e não-integração no tempo-espaco potencial, constitui um dos paradoxos da existência humana. E o indivíduo, advindo desse paradoxo, guardará dentro de si um si mesmo central, para sempre imune ao princípio de realidade e para sempre silencioso: o verdadeiro self.

Portanto, a atitude judiciária repressiva sozinha é ineficaz, vai na direção contrária àquilo que se busca. As soluções devem passar pela restauração da autoridade, é claro, mas na sua função de limitação e de contenção (Chagnon, 2008, p,126).

Pelo delito, a experiência de decepção alucinatória, própria dos primórdios da vida psíquica, é convocada novamente aqui, é a retomada da experiência fundadora do princípio de realidade. A adolescência precisa de experiências de confrontação para se sentir real, em contato com sua vida interior e com um sentimento de continuidade e segurança; o recurso ao ato não se liga apenas aos objetos, é também uma busca de si mesmo. Essas relações são possíveis com a condição de

encontrar uma relação em que o adolescente delinquente se sinta segurado, apoiado e contido (Houssier, 2008, p.118).

Na tentativa de manejo da demanda dos jovens, o psicólogo precisa encontrar seus próprios recursos. Neste sentido, percebi que o modo como passei a enxergar os jovens era essencial para que pudesse estabelecer algum vínculo, permitir que se estabelecesse uma forma de comunicação em nível mais profundo, que pudesse funcionar como processo terapêutico.

Mas não poderia esquecer de que aquele era o lugar do juízo, e por mais que tivesse estabelecido um vínculo terapêutico, quando os jovens saíam de casa para vir à consulta, estavam vindo ao juizado.

Se a demanda inicial parte do juiz, a decisão pelo fim do tratamento também é uma decisão judicial. Neste meio, no espaço que temos, tentamos fazer falar o sujeito, fazer com que ele dê conta de seus atos com palavras. Frequentemente o uso de drogas, motivo pelo qual foram apreendidos, tem uma importância menor do que parece. Os meninos que atendi faziam um uso eventual da droga. Parecia realmente mais um pedido de ajuda, do que qualquer outra coisa.

Sobre o fim do tratamento, esta forma de atendimento não deve ultrapassar o tempo necessário para que os adolescentes iniciem um processo de avaliar suas escolhas e se tornarem responsáveis pelos seus atos. Neste trajeto, outras portas se abrem. Possibilidades de retorno à escola, início de um trabalho, de um relacionamento amoroso e outras invenções no cotidiano, que permitem ao sujeito enlaçar-se na rede social e na sua rede subjetiva.

Os relatórios de avaliação devem ser feitos a cada três meses. Isto quer dizer que o tempo mínimo de medida/atendimento deve ser três meses³⁵. É o psicólogo, com base nos atendimentos aos adolescentes e à família, por intermédio do relatório apresentado ao juiz, que sugere sobre a extinção ou continuação da medida. Se não houver algo que justifique a permanência dos jovens, como “problemas” de um modo geral, é levado em consideração que muitos moram longe, e que o juizado nem sempre arca com as despesas de condução. Portanto, se eles estiverem bem, e tiverem interesse, sugerimos que recorram a outro atendimento psicológico que seja mais acessível, em outro serviço.

³⁵ Na verdade, ganhamos um pouco mais de tempo devido à morosidade do judiciário: o tempo que o processo demora a chegar, o tempo que o juiz demora para avaliar a medida, e enquanto isso os adolescentes vão sendo atendidos. Os dois jovens que atendi até o final da medida, da data de entrada até chegar o termo de extinção foram oito meses.

Quando escutamos os pais, tomamos conhecimento de como andam as relações em casa. De modo objetivo: se passou a existir mais espaço para o diálogo entre os familiares em momentos de crise ou conflito, se os jovens tem freqüentado a escola de modo satisfatório, sem queixas sobre seus comportamentos ou rendimentos escolares. Se for assim, neste sentido está cumprida a função de suas passagens pelo juizado. Essa demanda vem principalmente do juiz e da família. Do lado do adolescente, se for de interesse dele, ele pode continuar marcando os atendimentos mesmo já tendo cumprido a medida.

Do lado do psicólogo, sabe-se que a passagem dos jovens pelo juizado não deve durar mais que o suficiente para que ele dê início a um movimento de organizar a própria vida, dar conta de seu ato com palavras, rumo à independência.

Salvo casos raros³⁶ em que o jovem pede para dar continuidade à medida, os atendimentos não tem a finalidade de psicoterapia, principalmente por ser impossível se desvencilhar do judiciário. Impossível pois, para “ir à terapia”, ele tem que cruzar as portas do juizado, passar pelos guardas até chegar à sala da psicologia. Mesmo que durante os atendimentos ele se “descole” e esqueça que está cumprindo medida, ao sair, mais uma vez, ele é lembrado disto. Neste sentido, talvez eles pudessem aproveitar melhor um trabalho com um psicólogo noutro ambiente.

Para o Juiz o que importa é que ele não cometa outros atos infracionais. Se houver reincidência enquanto ainda for adolescente, certamente o Juiz determinará uma medida mais “dura”, algo do tipo “já lhe mandei ao psicólogo e não resolveu, agora vamos tentar outra coisa”, mas é claro que também depende do tipo de delito cometido.

Para nós psicólogos é uma oportunidade de exercitarmos a escuta, conhecer o mundo desses jovens, suas histórias. De ajudá-los a entender que seus atos tem um sentido. E que eles podem descobri-lo ao falarem conosco. Pode ser o início de uma psicoterapia para aqueles que se engajam mais no processo. Uma escuta

³⁶ Tenho conhecimento de um caso, atendido por uma psicóloga do Serviço de Psicologia, de um jovem que já estava há cinco anos em atendimento, e a cada novo relatório ele pedia para que sua medida não fosse extinta. Tenho conhecimento também de outro caso, de uma jovem que aparecia de tempos em tempos, e sempre que surgia uma questão a resolver ela procurava a psicóloga, ela já tinha tido até extinção de medida.

pontual, mas com valor terapêutico para outros, na medida em que há uma reorganização da situação sócio-psico-familiar.

Para os jovens, parece que este espaço é a oportunidade de sair do silêncio sobre algumas questões que necessitam de escuta, de acolhimento e, de alguma forma, da contextualização do ato em relação à lei vigente na nossa sociedade. Fazer parte da sociedade implica no reconhecimento dessas leis.

Os jovens que apresentaremos a seguir, João Carlos e Otavio, foram apreendidos “por causa da maconha”. Já Alice, foi apreendida por furto.

João Carlos tem dezenove anos quando chega para cumprir medida. Conta que foi apreendido injustamente, pois o flagrante foi forjado. Ele afirma que estava indo comprar maconha com um primo, mas ainda não tinham comprado, e os policiais percebendo a intenção, queriam dinheiro, mas como eles não tinham, foram levados à delegacia, sob a ameaça de serem enquadrados como traficantes.

No caso de João Carlos, os primeiros atendimentos são marcados por situações que envolvem policiais. Em uma ocasião, ele teria apanhado de policiais, em outra, dirigia-se para a lanchonete em que trabalhava, quando uma viatura da PM passou por ele, observando quem estava no ponto de ônibus. Alegando, “não dever nada a ninguém e ser trabalhador”, encarou de volta os policiais. Nesta ocasião, foi abordado e questionado sobre o que fazia ali. Diante do policial, que queria revistá-lo, responde não ser bandido, porque estava uniformizado e tinha carteira de trabalho e “lugar de bandido não era em ponto de ônibus”. O policial, sentindo-se desacatado, levou-o para a Delegacia. A situação foi resolvida com um pedido de desculpas do adolescente, o que não o livrou do sentimento de injustiça.

Em outra ocasião, relata estar com mais um “probleminha” com a polícia. Conta que agrediu um policial, quando este se aproximou para agredi-lo. Segundo João Carlos, o referido policial é integrante de um grupo de extermínio que faz a “segurança particular” do bairro onde mora. Na Delegacia, foi acusado pela agressão e disse não ter sido ouvido, e, portanto não pôde dar a sua versão do que ocorreu. Hoje, está respondendo, como adulto, a um processo por agressão a um policial.

A criminalidade em seu bairro é motivo de muitas preocupações. Frequentemente, relata ter presenciado situações violentas, chegando a dizer que

isso era “normal” no lugar onde mora. Certa ocasião, disse que não tinha medo de morrer, afinal, todos os seus amigos já morreram.

João Carlos tem uma postura desafiadora, que marca sua descrença com relação à polícia. Ter um tio que é PM e faz uso de cocaína, reforça suas opiniões negativas no que diz respeito à corporação. No entanto, ele acredita que só entrando para a Polícia Federal é que vai acabar com essa corrupção, pois considera que esta é a única corporação que “ainda não entrou neste sistema”. Mas João Carlos tinha um impedimento concreto: ainda não havia terminado o ensino médio.

Ele mora com a avó paterna, que o criou desde a morte de seu pai, quando tinha dois anos. Refere-se a sua mãe como “uma pessoa completamente louca, uma xucra que veio da roça no interior de Minas e que acha que o verdadeiro trabalho é o trabalho na lavoura, e o estudo não leva a lugar nenhum, é perda de tempo”.

Quando criança, sua avó o levava para o curso de inglês, fazia natação, capoeira, entre outros esportes. Iam escondidos, para que sua mãe, que morava perto, não descobrisse que ele ia para o curso de inglês, pois era contra. Ao descobrir, fez um escândalo na porta do curso, e João Carlos abandonou o inglês.

No início dos atendimentos informa que sua namorada de dezesseis anos está grávida de nove meses e sente uma enorme responsabilidade, cobrando-se de ter que ser pai de sua filha e da própria namorada. Refere-se à namorada como sendo um “carminha” em sua vida, “carregada por ele”, pois a família dela não quer saber da menina. É ele quem a leva ao médico, orienta, vê o que está comendo. A namorada diz que João Carlos é muito bom, cuida dela como se fosse um pai, mas que se preocupa muito, excessiva e desnecessariamente.

Diante da paternidade, o rapaz se encontra “tendo que mudar de vida”. Procura emprego, mas nada consegue. Estudou até o segundo ano do Ensino Médio, mas interrompeu os estudos para trabalhar em uma lanchonete, emprego que não durou muito. Nos primeiros meses de atendimento, encontrava-se desempregado, com uma filha recém nascida e a família da menina cobrando que fosse “provedor”. Na verdade, quem provê a criança é a sua avó, que recebe uma aposentadoria.

Seus projetos inicialmente eram confusos e dispersos. Diante da possibilidade de servir o Exército, sentindo-se com uma perspectiva mais

concreta, começa a poder usar o espaço dos atendimentos para conectar-se com seus sentimentos. Entretanto, mantém uma atitude de queixar-se do outro e responsabilizar as pessoas a sua volta pelas dificuldades que encontra. No seu entendimento, suas atitudes em nada justificam as reações das pessoas que estão ao seu redor. Não leva em consideração que, em algumas ocasiões, sua postura pode colocá-lo em situações que possam prejudicá-lo.

No que diz respeito à namorada, acha que ela é criança demais e por isso não pode vê-la como esposa. Quando têm desavenças, queixa-se dela não querer conversar e ficar roendo unhas enquanto ele fala. Em sua opinião, ela não parece ser mãe, pois quer ficar na rua até tarde com o bebê, sem, por exemplo, ter noção de que, se está chovendo é melhor ficar em casa. A namorada não quer abrir mão de uma certa liberdade que cuidar de um bebê lhe impossibilita ter.

Fala de seu desejo de assumir o lugar de pai, mas se desestimula diante das dificuldades provocadas pela falta de emprego e dinheiro. Sendo assim, procura exercer algumas funções que caberiam à mãe, na tentativa de participar da vida da filha.

Quer criar o filho diferente de como foi criado. Quer ser “aquele pai que conversa de tudo com a filha, em quem ela pode confiar para perguntar as coisas, não quer que ela conheça o mundo como ele conheceu, sozinho”. Conta que só conheceu o mundo aos 11 anos, quando pôde sair sozinho, sem a avó. O que ele chama de conhecer o mundo diz respeito ao mundo das drogas, da marginalidade, dos bailes, da favela. Na medida em que se vê como pai, este mundo não lhe serve mais. No entanto, não encontra pessoas a sua volta que pudessem lhe servir de exemplo. Não teve pai, seu tio nunca foi exemplo a ser seguido, vê sua mãe como uma pessoa desequilibrada e incoerente e sua avó sempre foi simplesmente avó, e não mãe. Seus amigos morreram ou fazem parte do mundo que ele conheceu aos onze anos.

Depois de quase seis meses de atendimento fica claro que, apesar de desejar entrar no que acredita ser o mundo dos adultos, busca manter-se criança. Tem uma lembrança distante de uma infância romântica e deseja ser feliz hoje como se lembra ter sido então. Em algumas ocasiões expressa o desejo de voltar a este tempo, no qual afirma que não tinha problemas. Conta que tinha o tempo todo ocupado, no entanto, hoje não tem ocupação (trabalho que o sustente), e diante do tempo que sobra, acaba por não administrá-lo da maneira que gostaria.

Assim é que sente saudade da época em que fazia tudo com sua avó, quando andavam sempre juntos e as pessoas se admiravam da união entre avó e neto. Ele queria voltar a deitar no colo da avó enquanto viam televisão e ela lhe fazia cafuné. Mas isso foi antes dele conhecer o mundo, e hoje ambos estão marcados pelas brigas e pela falta de confiança um no outro.

No presente caso, encontramos um adolescente em conflito diante da necessidade de assumir a função paterna, mas que também deseja ser cuidado, ser filho. Entretanto, as pessoas ao seu redor parecem precisar mais de cuidado do que podem lhe oferecer. Então se preocupa com a avó idosa, com a namorada, que para ele é uma criança e com a própria filha.

Seu movimento nos atendimentos foi o de tentar se organizar para entrar no mundo dos adultos. Em algumas ocasiões, trouxe fotos da filha e, em outras, trouxe a namorada com a própria filha. Também fazia planos de construir uma casa para a filha, calculando os custos da obra que seria feita em cima da casa onde o jovem mora com a avó.

Passou por momentos muitos difíceis na relação com a avó, as brigas eram constantes e em entrevista com ela, sugeri que participasse do grupo de pais. Posteriormente, em contato telefônico por outros motivos, ela comentou que as brigas em casa estavam mais controladas e trocar experiências com outras mães lhe permitiu reconhecer o valor de seu neto. Sugeri que ela dissesse isso ao neto, pois ultimamente eles não vinham falando muito sobre o sentimento de um para com o outro.

Um dos principais motivos para as brigas era que João Carlos queria que sua avó, que já tinha trabalhado no Hospital da Aeronáutica, conversasse com alguém que possibilitasse seu alistamento, pois já havia passado de sua época de se alistar e ele não queria entrar para o exército, por considerar que era uma corporação corrupta.

A avó tinha muito receio pois sentia que havia perdido a confiança em João Carlos, “por conta de já ter aprontado muito”. Neste sentido, o grupo de pais lhe mostrou que o neto “nem era dos piores”, e foi capaz de reconhecer que sabia que ele a amava e que ela precisava dar à ele um voto de confiança. Aos poucos, em pequenas coisas em casa foi reconhecendo ser capaz de confiar mais em João Carlos, e por outro lado ele fazia por onde ser digno da confiança de sua avó, até que ela se convenceu que podia ajudá-lo à entrar para a aeronáutica.

Para João Carlos era importante afirmar-se como não-bandido, entrar nas forças armadas foi a sua saída, além de poder contribuir financeiramente com o sustento da filha, o que era sua função como pai, vestir o uniforme representava sua identidade de cidadão de bem. Até chegarmos a este desfecho, João Carlos passou por diversos planos para ganhar dinheiro e sustentar sua família, abrir um lava-jato, vendedor de tênis de procedência incerta e por fim a aeronáutica, o mais próximo que conseguiu chegar de seu principal objetivo: se ver do lado oposto da criminalidade.

João Carlos recebeu extinção de medida, ocasião na qual fez contato telefônico com sua avó e esta informou que o rapaz estava servindo na aeronáutica e estava muito feliz.

Otávio tem dezesseis anos, conta que “rodou”³⁷ na Central com 40 reais em maconha e por isso foi “enquadrado no 12” (por tráfico). Segundo ele, seu grupinho fez uma “vaquinha” e desta vez foi ele o eleito para subir o morro e comprar a droga. Comenta que ficou impressionado com o fato de que mesmo no CTR³⁸ os outros ficavam colocando “ideia de rato”, ao convidá-lo a ser traficante: “quando você sair, vai lá pro meu morro”.

Otávio, diferente de João Carlos, chega com a vida bem organizada. Voltou a estudar, descobre que apesar do susto, sua namorada não está grávida, o que para ambos foi um grande alívio. Podem então se preocupar com aquilo que é próprio para a idade deles: estudar e namorar.

Fala que a pior coisa do mundo é ser preso, e neste sentido é que acredita que há “males que vem para o bem”. Sua mãe ficou muito abalada, e, depois disso, ela mudou seu comportamento com Otávio, e hoje conversam mais. Antigamente as brigas eram freqüentes, com xingamentos mútuos, principalmente pelo fato de Otávio chegar em casa “com os olhos vermelhos” por fumar maconha.

Sua namorada é um pouco mais nova. Fala que gosta muito dela e comenta que o pai da menina não aceita o namoro, pois ela tem “uma família toda certinha”, diferente dele, que é “todo errado”, por já ter sido preso. Demonstra bastante preocupação em relação ao que as outras pessoas possam falar ou pensar dele e nesse sentido se esforça em mostrar que mudou: passa a ajudar nas coisas

³⁷ Termo utilizado pelos jovens para dizer que foram apreendidos pela polícia.

³⁸ Centro de Triagem.

em casa, a cuidar dos irmãos, a tirar boas notas na escola. Certa vez leva um trabalho de inglês para fazer no juizado, pois precisava recortar figuras de revistas mas não tinha nenhuma em casa e já tinha visto jornais na sala da psicologia.

Comenta que gostaria de fazer um curso de culinária, pois trabalhou como ajudante de padeiro. Trabalho que precisou largar por causa da escola, pois tinha que ficar até tarde para preparar a massa de pão para o dia seguinte. Fiz um encaminhamento, mas o juizado não possuía convênio com nenhuma instituição que oferecesse este curso, e os disponíveis não lhe interessaram.

Assim, passou a se esforçar para tirar boas notas na escola, às vezes fazia bicos como ajudante de marceneiro e vinha pensando em voltar a freqüentar a igreja. Durante alguns atendimentos fala de sua infância, das brincadeiras e de coisas que “aprontava” quando criança. Parece ter um interesse especial em relatar a sua intimidade com a namorada e aproveita para contar histórias de sua iniciação sexual com uma mulher mais velha. Ele faz uma distinção bem nítida entre o que ele chama de “mulher direita” e “mulher vadia”, e se revolta ao falar de mulheres que vão a Igreja e “depois vão namorar no mato”.

Demonstra muita preocupação em relação ao pai da namorada não aceitar o namoro e tem medo que ele mande lhe darem uma “coça”, pois o pai da menina é maluco, tem até “carteirinha de maluco”, segundo o jovem. Eles namoram escondidos na escola há dois anos, período que compreende o que podemos chamar da “fase complicada” de Otavio.

Em sua fala parece se preocupar sempre em mostrar que é um bom menino, que está aproveitando esta “segunda chance”, não quer decepcionar as pessoas e procura demonstrar ao pai da namorada que merece a sua confiança. Vê esta menina como a razão de suas mudanças, declara que quer ser uma pessoa melhor por causa dela e que pensa em se casar e comenta que “seus filhos serão lindos”

Até que, em seu sexto atendimento, em dois meses, chega contando que a namorada terminou com ele pois, segundo ela, o namoro “estava dando muitos problemas” e ela se sentia “sufocada”. Muitos problemas por causa do pai dela e sufocada devido a maneira como Otavio a tratava.

Otavio demonstra estar muito decepcionado, pois tinha a impressão de que o pai da menina ia acabar aceitando o namoro. Comenta que custou a gostar de

alguém, pois da outra vez que se decepcionou com outra namorada ficou sem comer e teve que tomar soro, pois desmaiou na rua.

Acha que acabarão reatando, pois esta é a primeira “briga”. Comenta que em dois anos de namoro ele só a traiu uma vez com uma menina que não veria mais, durante uma viagem, o que para ele era uma traição sem importância. Mas sua namorada contou que numa época em que Otavio deixou de ir à escola, ela se sentia sozinha e “ficou várias vezes” com um colega. Otavio conta que na hora ficou com vontade de bater no garoto, mas se segurou, dizendo que não era de briga, mas quando percebe que estão dando em cima de sua namorada na sua frente, fica irritado.

Em seguida, fala que está indo bem no colégio e apesar de ter parado de estudar durante metade do ano, por ter notas muito boas vai passar. Comento que é porque ele se esforçou, estudou e por isso fez por merecer. Ele continua, dizendo que se pudesse voltar atrás, “não teria feito um monte de coisas, de besteiras”. Pergunto que besteiras seriam estas e ele me fala “ter parado de estudar”.

Fica pensativo por um bom tempo e rompe o incômodo do silêncio dizendo que tem “outras besteiras” e que não sabe por que se lembrou disso agora, já que há muito tinha esquecido. Pede para que eu não conte a mais ninguém porque tem medo de ser preso. Reforço que o que é falado ali é segredo de justiça, e no que diz respeito a mim, que não se preocupe.

Ele se pergunta por que foi se lembrar do que já estava esquecido, ele fala que só vai contar porque é para mim, e puxa sua cadeira para perto da minha aproximando-se para contar um segredo em voz baixa, e me conta a história aos prantos, um choro de arrependimento e dor. “Como é que eu fui tirar a vida de alguém? Nem Deus pode tirar a vida. Deus faz o homem à sua imagem e semelhança, Ele dá a vida, não tira a vida!”, ele se questiona.

Numa situação em que foi abordado por um homossexual, queixou-se aos seus amigos, que trataram de dar uma “lição” no rapaz. Conta que não sabia se “o cara tava morto, mas ficou caído no chão todo ensangüentado”.

Ele fala que se arrepende, e parece se arrepender mesmo, e fala que nunca mais quer machucar ninguém. Chama atenção o segredo do que ele acredita ter sido um crime, pois na verdade ele não sabe se o homem morreu, mas acredita que matou. Ao me contar isso, naquele ambiente, que afinal faz parte do juizado entendi que estava estabelecido ali um pacto de confiança.

Confesso que tive dificuldade para lidar com o segredo revelado. Da mesma maneira que percebi que para ele tudo parecia ter desmoronado ao se lembrar de seu “crime”, sua imagem para mim também havia se quebrado e agora eu tinha que dar um jeito de recolher os cacos. Levei o caso para a supervisão, do ponto de vista do código de ética, não se fazia necessário uma denúncia, pois Otavio não parecia demonstrar risco à sociedade nem a si mesmo.

No atendimento seguinte ele chega feliz da vida, contando que reatou o namoro, voltou a freqüentar a igreja, o pai da namorada aceitou o relacionamento, sua mãe conseguiu um emprego e ele vai ter que passar a cuidar dos irmãos. Já está no fim do ano e ele faz planos para a viagem em janeiro com o grupo da ONG. O assunto não foi mais mencionado, e agora ele podia continuar sendo aquele que ele estava se esforçando tanto para ser, e parecia que então iria acertar as contas com Deus - passa a andar com a bíblia em baixo do braço, pregando as palavras do Senhor.

Numa entrevista com a mãe, esta conta que antes dele ser preso, ela tinha vontade de morrer, e já tinha pensado em ligar o gás em casa e matar todo mundo. Otavio não tinha interesse em estudar, não parava em casa e fazia uso abusivo de maconha. Fala que estava muito deprimida, mas que o apoio psicológico na ONG tem ajudado muito. Sobre o pai de Otavio, revela que contou para o filho que sua morte foi um acidente, mas que na verdade ele era viciado e foi assassinado, disse que fez isso por que não queria que Otavio fosse como o pai, e que apesar de gostar muito do marido sua morte foi na verdade um alívio. No momento se sente com mais perspectivas. Otavio tem se mostrado mudado, mais responsável com os estudos e com a família e ela conseguiu um emprego.

Depois das festas de fim de ano ele volta contando da viagem de férias, feliz mostrando a aliança de noivado e pelas famílias estarem apoiando o casal. Faz planos de se casarem daqui a alguns anos, pois ambos são “muito jovens e devem terminar os estudos antes”.

Como já está na época do relatório de avaliação, recomendei a extinção de medida. Quando li o relatório para ele, ressaltando suas mudanças de comportamento, ele olhou para mim e me disse impressionado: “eu sou assim mesmo!”.

Alice tem dezesseis anos e foi apreendida ao participar de um assalto com um colega, ela conta que “só estava guardando a arma em sua bolsa”. Foi a única

menina a ser atendida. Conta que tem uma relação muito ruim com seu pai, hoje mora com o marido e cuida de uma menina, filha de sua vizinha. Não está estudando, “corre atrás” fazendo alguma faxina de vez em quando, o marido também faz alguns “bicos”.

Sua mãe morreu quando Alice tinha 11 anos, conta que ela teve “um derrame cerebral” e também tinha problemas no coração. Segundo Alice, esses problemas de saúde eram por causa das atitudes do pai, que era usuário de cocaína. Conta que o pai tentava bater na mãe e esta se defendia jogando as coisas em cima dele. Após a morte da mãe, seu pai passou a espancá-la, “duas semanas depois ele colocou outra mulher em casa”, o que para Alice foi uma falta de respeito. Saiu de casa aos 13 anos e foi “morar com umas amigas”. Depois foi morar com o marido. Fala que o marido a entende, e explica que o pai não a compreendia, como por exemplo, uma mulher precisa de “um creme pro cabelo”. Na sua concepção, as pessoas tinham que ficar com quem as ajudasse, e seu marido ajudava.

No momento não está estudando pois o pai, seu responsável legal, tinha que acompanhá-la para fazer a matrícula, mas não foi. Gostaria de arrumar um emprego fixo, seu dia se resume em cuidar da casa, fazer comida e cuidar da filha da vizinha.

Contou que no terceiro dia em que estavam morando juntos, ela e o marido brigaram e ela saiu de casa, então encontrou um colega na rua que a chamou para fazer um assalto, conta que só estava guardando a arma, e quem assaltou foi o rapaz...

Fala que o pai mentiu quando falou para o Juiz que cuidava dela, quando na verdade não ajuda em nada. Tem um irmão de 25 anos, casado, que possui um depósito de gás, onde o pai também trabalha, por isso não o vê com frequência. Conta um episódio em que numa briga em casa, o irmão da madrasta “enfio um espeto duplo de churrasco na perna” de seu irmão.

Fiz um encaminhamento ao setor responsável, pedindo uma vaga na escola para Alice. Depois disso nunca mais apareceu. Foi enviado um telegrama, o endereço dela na ficha era o do pai, ela não soube informar o endereço que morava com o marido. O número de telefone era do irmão, que disse não ter notícias da irmã já há algum tempo.

Nessas situações fica muito difícil entrar em contato com os jovens, dependendo da localidade. Alguns endereços são impossíveis de achar até mesmo para os correios. O que acontece é que eles entram em descumprimento, e depois de um tempo o processo é arquivado.

Alice, “sumiu no mundo”. Sua história impressiona por ser uma menina tão marcada pelo abandono. Os olhos eram de alguém que falava sem sentir, só quando falou da mãe percebi que sentia tanta dor, que já estava anestesiada. Parecia aceitar a vida nas condições que a vida lhe oferecia: arrumou um homem, então é seu marido; saiu de casa sem rumo, foi para onde lhe chamaram.

No caso dela, me ocorreu que se talvez ela tivesse alguém que se responsabilizasse por ela, talvez ela pudesse ter voltado. Fiquei de mãos atadas, não conseguimos fazer vínculo. Fico pensando no que eu poderia ter feito de diferente, mas não me ocorrem boas respostas. Simplesmente não aconteceu. Não fizemos vínculo.

João Carlos tinha em si a responsabilidade de ser um bom pai para sua filha, queria ser mais que provedor, gostaria de ser um referencial, alguém de quem ela pudesse se orgulhar e pudesse confiar para lhe apresentar as coisas do mundo. Otávio queria ser o bom menino, para namorar a menina mais linda e certinha do colégio, e para isso vinha se esforçando em se comportar bem, tirar boas notas, e ajudar sua mãe no cuidado com seus irmãos. Alice é tão abandonada que abandona.

Ocorreu-me que, talvez, ao ter alguém como referência, ou como exemplo, os jovens possam pensar em serem pessoas melhores. Isso talvez tenha alguma relação na maneira como os jovens se responsabilizam pelo cumprimento da medida. Não é só o mero cumprimento de medida, marcar presença e ir embora. Há jovens que fazem isso sim, mas percebo que, mesmo estes, tem pais vigilantes que cobram que eles cumpram suas responsabilidades. Atendi dois meninos assim, estes se detinham a relatar suas atividades semanais, mas com esses, não estabeleci um tipo de comunicação mais profunda. Isso pode ter ocorrido em função do pouco tempo de atendimento, pois já estava no final do meu estágio e eles foram encaminhados a continuarem os atendimentos com outras psicólogas. Talvez se tivéssemos tido mais tempo, a relação se estabelecesse de outra maneira.

A verdade é que João Carlos chega sem tempo a perder, ele fala bastante e é muito articulado, ele tem muitos problemas a resolver mas também sente que precisa ser cuidado. Senti que fizemos um vínculo muito forte, e quando ele passou a se relacionar melhor com a avó, foi se desprendendo, até que se soltou, e foi para a aeronáutica. João Carlos pode alçar vôo.

Já Otavio encena, se mostra como quer que os outros o vejam, e num momento muito íntimo, que não é a intimidade sexual que ele muitas vezes relata cheia de detalhes, mas na intimidade de um “crime” revelado, ele se permite se mostrar, como não mostrou a ninguém mais, para então se recompor e voltar a ser aquele que ele quer ser. Otavio juntou seus cacos e se reconstruiu.

Rassial aponta que a delinquência, enquanto patologia bastante específica da adolescência, “é tanto patologia da sociedade em seu conjunto quanto de um ou outro sujeito particular”. Delinquente “é alguém que delinque, que faz falta ao que “linque”, mas também àquilo que o “linque”. A etimologia da palavra é interessante: *de-linquere*. *Linquere* é deixar algo, ou alguém, no seu lugar e o *de* marca a separação, o destacamento” (Rassial, 1999, p.55).

Então o delinquente é aquele que desaloja. Desaloja as coisas e se desaloja do seu lugar, do lugar o qual a sociedade lhe atribui. Para Calligaris existe uma parceria entre adolescência e delinquência, pois na medida em que o adolescente não é reconhecido dentro do pacto social, tentará ser reconhecido dentro ou fora dele, ou no pacto alternativo do grupo.

Para Mannoni, a delinquência manifesta-se no adolescente para testemunhar ao mundo a sua condição de mal-amado (Mannoni, 1986, p.53). O adolescente percebe o mundo adulto contra ele e diante deste sentimento, necessita avaliar até onde pode ir o amor do Outro para com ele, colocando-o à prova.

Diante da atitude de protesto em relação ao adulto ou ao mundo, adolescentes se vêem transformados em delinquentes. Esse comportamento tem como causa a vontade de ver seu desejo ser reconhecido através de uma luta de prestígio. Sem ter podido exprimi-lo no domínio da palavra, exprime-se nos símbolos do sintoma, aparece como delinquência. Diante da recusa do adolescente em ser marcado pela prova da Lei, o efeito são diversas formas de comportamento de protesto. A causa dos distúrbios reside na relação do sujeito com aquilo que

durante o seu desenvolvimento, é chamado a marcá-lo, a sujeitá-lo, sua forma de relação no mundo do sujeito (Mannoni, 1986, p.74).

O jovem vai tentar então, dentro ou fora do grupo, suscitar a atenção e o reconhecimento dos adultos, seguindo um modelo de ação que deverá transgredir o pacto social. O uso de drogas por adolescentes pode ser encarado como forma de transgressão.

Calligaris aponta que os adolescentes de hoje descendem de uma geração que explicitamente associou o uso de drogas aos sonhos de libertação e revolução, que mais tarde foram abandonados e recalçados. Assim, a rebeldia adolescente de hoje seria a interpretação e atuação da grande esperança que os adultos recalçaram, quando desistiram de sua revolta e abraçaram valores mais estabelecidos (Calligaris, 2000, p.45).

Mas a droga tem muitas outras razões para seduzir o adolescente. Diante das drogas ditas legais, ele percebe a interdição seletiva como parte do processo de infantilização, uma vez que cigarro e álcool são permitidos aos adultos. Ora, para Calligaris, o argumento que insiste sobre o perigo à saúde pode produzir o efeito inverso do esperado. Ele pode ser seduzido pelo risco de vida que cigarros e bebida acarretam, visto que alguns adultos parecem dispostos a correr riscos para gozar um pouco.

Seguindo essa mesma lógica, as drogas proibidas têm mais charme ainda. Muitas vezes representam uma maneira de enriquecer, ou então obter status social dentro da comunidade pelo tráfico. Representam também uma forma de reconhecimento recíproco entre usuários, na constituição de grupos coesos.

Calligaris aponta que o medo do adulto é que, fora os riscos à saúde e as conseqüências penais, “o adolescente encontre um objeto que satisfaça seu desejo, mate sua procura, acabe com a insatisfação. O medo (...) de que com a droga o adolescente, de repente, seja feliz” (Calligaris, 2000, p.46).

Sobre o desejo moderno, o autor afirma que atrás de um objeto desejado vem sempre um desejo a mais, de uma qualidade diferente, uma vontade de reconhecimento social que nunca se esgota, o “que é desejado é sempre instrumental para afirmar e constituir nosso lugar social”. Então é uma procura que deve se manter inesgotável, ou seja, nenhum objeto deve satisfazer plenamente à vontade de reconhecimento social que permanece atrás da vontade de possuir ou de consumo.

A droga seria então o objeto que promete e entrega uma satisfação acabada, mesmo que momentânea, uma passagem para um universo alternativo. Daí o perigo da toxicomania, pois nesse lugar o que passa a ser importante é a presença da droga e não o status social que ela promove. Ela quebra a regra do desejo quando o adolescente pára de deslizar de um objeto ao outro, desse modo a droga apagaria o desejo e o adolescente transgrediria de vez as regras do desejo moderno.

Assim, a droga seria, dos objetos, uma espécie de subversão, pois enquanto objeto que satisfaz, ela seria fatal para o sistema social. Por sorte, a grande maioria dos adolescentes apenas flerta com a droga. Frequentemente, usam durante um tempo e depois param de usar.

Para Winnicott, os objetos e os fenômenos transicionais são o que capacitam a criança a suportar as frustrações e as privações impostas pelo contato com o princípio de realidade.

No seu entender, devemos associar os transtornos na conquista do objeto transicional a distúrbios de comportamento tais como: fetichismo, mentir, furto, perda de sentimentos afetuosos, a drogadição, os rituais obsessivos..., referem-se. Em outras palavras, à tendência anti-social (Lima, 2007, p.257).

“Basta, às vezes, um excesso de mal-entendidos para transformar um neurótico que pede ajuda num delinquente que a recusa” (Mannoni, 1986, p.54).

Winnicott considera que o ato anti-social de delinquente pertence ao momento de esperança. A expressão tendência anti-social diz respeito à criança que furta um tostão do bolso de alguém ou que tira alguns bolinhos, a que tem perfeito direito, da despensa, tendência essa que pode conduzir à delinquência. A delinquência, segundo ele, não significa nada definido, é marcada por lucros, ganhos secundários e habilidades delinquentes que se tornam mais importantes que a causa original, que se perdeu.

Atrás de toda tendência anti-social existe a privação, e o resultado da privação é a calma, a desesperança, a depressão de algum tipo, ou qualquer outra defesa de vulto. Mas à medida que a esperança começa a aparecer, então a criança estende a mão para ela, tentando recuperar por sobre a área de privação, o objeto perdido (Winnicott, 1967, p.439).

O autor fala em dois tipos de privação, uma se dá em termos de perda de objeto e a outra em termos de perdas de molduras, de limites. Pode-se dizer perda da mãe e perda do pai. Numa direção, a criança busca alguma coisa em algum

lugar, não encontrando, busca em outro lugar, quando tem esperança. Na outra, a criança está em busca de um montante de estabilidade ambiental, capaz de suportar seu comportamento impulsivo.

Daí a importância em ajudar o indivíduo a articular o seu pedido, para que possa dar-lhe um sentido; salvaguardar uma dimensão simbólica. No delinquente, mesmo o mais revoltado, existe sempre, ao que parece, um brilho de pedido de socorro que se faz ouvir no fundo de sua aflição e do seu fracasso (Mannoni, 1986, p.74).

O ser criativo implica na existência de um Outro, pois é uma expectativa de comunicar-se e de ser reconhecido com e pelo Outro (Bezerra Jr., 2007).

Para Winnicott, a passagem da agressividade à violência é a passagem da esperança e do apelo à desesperança e ao abandono de qualquer expectativa. Por isso, ele conclui, o problema da violência na sociedade não decorre do exercício da agressividade, mas, ao contrário, do esmagamento das possibilidades de fruição da agressividade pessoal (Bezerra, 2006).

Nada é definitivo, segundo Fernanda Otoni³⁹, nada é permanente, tudo pode ser refeito, e temos nossa parcela de responsabilidade na arquitetura dessa nova construção. É o interesse na filiação a algum projeto, a disposição do sujeito em se arriscar em laços com o outro, é ter sensibilidade a recursos... É por esta via que podemos encontrar o movimento de um sujeito em busca de algo novo, uma “coisica de nada”, um a mais de vida que restaure a sua satisfação com a vida e o re-enlace no laço social.

Como bem colocou Vilhena,

As condições de pertencimento dos sujeitos aos grupos sociais estão inscritas dentro e fora do lugar. Acreditamos que os sujeitos fazem escolhas sim, mas que suas alternativas estão codificadas nos limites de um meio ambiente facilitador ou não, de uma cultura de compartilhamento ou de segregação. Buscar pertencer é, para os sujeitos, incluir-se em determinados circuitos, estar em consonância com outros sujeitos na luta pela sobrevivência e pelo reconhecimento (Vilhena, 2002b).

Como apontamos no terceiro capítulo desta dissertação, ao mesmo tempo que o território permite um reconhecimento social dos sujeitos, é também capaz de criar uma imagem unificada de algumas regiões mais associadas à marginalidade. Mais uma vez, de modo algum não se trata de reduzir a questão do adolescente que comete ato infracional a uma patologia social, mas sim de levar em consideração que os sujeitos que ali residem podem acabar sendo associados a

³⁹ Em vídeo conferência por ocasião do II Seminário Nacional Sobre Sistema Prisional, em 2009.

marginais, delinquentes, bandidos, e a passagem pelo juizado é capaz de reforçar estas marcas.

O atendimento psicológico a que nos referimos consiste em desconstruir estes preconceitos ao se dar voz ao sujeito para que possa falar de si e do mal que o aflige. Isto porque, segundo Vilhena & Santos,

falar, lembrar, repetir e elaborar é também poder dar testemunho, denunciar, visto que o ‘pacto de silêncio’ é pacto de morte, condenando o sujeito ao apagamento psicossocial, ao trauma psíquico e à mortificação narcísica, provocada pela surdez e cegueira dos interlocutores, sejam eles a família, a sociedade ou o Estado (Vilhena & Santos, 2000).

Winnicott (1967b), em seu artigo “O conceito de um indivíduo saudável”, atenta para o fato de ser impossível avaliar um indivíduo sem levar em conta seu lugar na sociedade. Em outro trabalho, “Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo” (1963a) pontua que a noção de “normalidade significa tanto saúde do indivíduo como da sociedade, a maturidade completa do indivíduo não é possível no ambiente social imaturo ou doente”.